

# No Brasil, o partido

FOLHA DE S. PAULO

Aue

## majoritário é o da confusão

CLÓVIS ROSSI  
Do Reportagem Local

Considerando-se que o governo é visceralmente contrário a que o Congresso constituinte tenha poderes para mexer na Constituição em vigor, adivinhe o leitor quem redigiu o dispositivo pelo qual se cria o "projeto de decisão", o mecanismo pelo qual o Congresso constituinte pode alterar a atual Carta:

- O líder da oposição de esquerda;
- O líder da oposição de direita;
- O líder do governo;
- O líder do PMDB.

Em circunstâncias normais, quem escolhesse a alternativa "c" mereceria uma semana de internação gratuita no Hospital de Base de Brasília. Mas, no Brasil-87, o leitor que preferiu a "c" não só acertou em cheio como demonstra poder acompanhar sem enlouquecer os trabalhos do Congresso constituinte.

De fato, foi o deputado baiano Carlos Sant'Anna (PMDB), líder do governo na Câmara, quem perpetrou o hoje famoso parágrafo 7º do artigo 57 da proposta de regimento do Congresso constituinte, exatamente o mecanismo que, se aprovado, daria poderes aos constituintes não só para mexer na Constituição atual, mas também para co-governar o país — pelo menos nos temores de Palácio do Planalto.

Se fosse pouco, seria preciso acrescentar que Sant'Anna preparou o texto na ante-sala do gabinete de Fernando Henrique Cardoso, que é o líder no Senado do PMDB, o principal partido de sustentação do mesmo governo que veta o parágrafo 7º. Mais: Cardoso encampou a proposta Sant'Anna e incluiu-a no projeto de regimento que deveria ter sido votado no dia 24.

Foi preciso a intervenção furibunda de José Lourenço — que não é líder do governo, mas apenas do segundo e mais débil partido de sustentação do governo — para evitar a aprovação do item que desagradava ao governo. E, para chegar à proeza, José Lourenço recorreu aos bons préstimos do PDS, teoricamente um partido de oposição.

E quem redigiu uma nova e diluída versão para os "projetos de decisão", encampada por Lourenço, não foi um constituinte, mas um funcionário do Executivo, Henrique Hargreaves, assessor parlamentar do Gabinete Civil. Na versão Hargreaves-Lourenço, os "projetos de decisão" só valeriam para enfrentar ameaças "potórias e concretas" ao funcionamento do Congresso constituinte em si, deixando, portanto, intocada a Carta vigente.

Quem não se perdeu nos meandros da confusão perguntaria, obviamente, por que o líder do governo propõe algo que o governo rejeita. É um quinta-columa perigosamente infiltrado nas hostes governistas? É um incendiário louco para ver o circo pegar fogo? Nada disso. Sant'Anna é, sabidamente, um dos expoentes do tancredismo, a corrente peemedebista cuja principal característica é a acomodação, a conciliação.

O deputado baiano quis, simplesmente, praticar essa característica de seu grupo político e acomodar as coisas com o "pró-soberania", o grupo peemedebista que insistia na soberania ampla, geral e irrestrita do Congresso constituinte. Daí a sua fórmula intermediária, que admitia os "projetos de decisão" apenas para "matérias relevantes", conceito obviamente vago e no qual pode caber quase tudo o que os constituintes quiserem.

Se deu para seguir o fio da meada até aqui, ainda assim fica uma questão a responder: por que Ulysses Guimarães, presidente do PMDB, da Câmara e do Congresso constituinte, resolveu encampar o parágrafo 7º, sabendo que um terço dos 306 constituintes do PMDB, pelo menos, pertence ao grupo "moderado" e é fiel à orientação palaciana? Ai, a resposta não é tão objetiva. Depende da opinião de cada um.

Sant'Anna, por exemplo, acha que Ulysses sente-se acima de todos, até do presidente, e quis fazer valer o peso dessa autoridade, suposta ou real. Já Cardoso entende que a proposta de diluição dos "projetos de decisão", por ter vindo diretamente do Planalto para o Congresso, e com o aval do PFL, erigiu a pele dos peemedebistas e tornou-se inaceitável.

Os fatos posteriores parecem dar razão a Fernando Henrique: quando um peemedebista (o pernambucano Maurílio Ferreira Lima) tomou a si o encargo de elaborar uma nova proposta capaz de diluir os "projetos de decisão", chegou-se muito perto de um acordo PMDB-PFL.

Mas aconteceu que o PFL, inflado pela força que demonstrou no episódio da frustrada votação do regimento, resolveu falar grosso e tentar impor novas condições, como, por exemplo, o não aos projetos de iniciativa popular, contemplados na versão de regimento originalmente preparada por Fernando Henrique Cardoso.

Resultado preliminar do "imbroglio": o Brasil caminha aceleradamente para ser o único país cujo governo é, teoricamente, sustentado por dois partidos e, na prática, por partido algum.

De fato, o PMDB apóia o governo quando o governo acerta, mas afasta-se quando o governo erra ou quando o partido acha que o governo vai errar. Essa trajetória é muito nítida nos dois anos da chamada "Nova República": às vésperas do Cruzado 1, o PMDB deslizava velozmente para a oposição ao governo Sarney. Mesmo na manhã de 28 de fevereiro de 1986, ao ser informado do Cruzado 1, Ulysses reagiu negativamente e chegou a dizer que o plano não era do PMDB.

Depois que o Cruzado 1 emplacou junto a opinião pública, os peemedebistas fizeram do plano o grande cavalo com o qual galoparam alegremente rumo à estrondosa vitória eleitoral de 15 de novembro.

Mas foi só o plano fazer água para que os peemedebistas começassem a hesitar de novo no apoio ao governo, o que ficou evidente na primeira reunião conjunta das bancadas peemedebistas na Câmara e no Senado, realizada no dia 22 de fevereiro, um sábado: proposta uma moção de aplauso ao governo, pela decisão de suspender o pagamento dos juros da dívida externa, ela foi aprovada por ampla maioria. Mas uma moção complementar, pedindo que se estendesse o aplauso às medidas econômicas a serem tomadas no plano interno, foi rejeitada também por folgada maioria.

"Cheque em branco ao governo não damos. No máximo, damos um cheque visado", resumiu a deputada pernambucana Cristina Tavares (PMDB).

Do lado do PFL, o outro partido de sustentação do governo, a situação é muito parecida. Ninguém, no partido, deixa de apoiar o presidente da República, mas está muito longe de ser pacífico o apoio também ao resto do governo. E, dessa disposição, há igualmente provas concretas e não meras opiniões.

De fato, na primeira reunião dos pefelistas após a instalação do Congresso constituinte, foi aprovada moção de desconfiança nos ministros da área econômica, engavetada primeiro pela pressão dos ministros do partido e, depois, pela necessidade de simular união interna ante a batalha externa, representada pela suspensão do pagamento dos juros.

Mas a moção continua valendo. Mais do que o PMDB, que dá apenas cheque visado ao governo, o PFL prefere que o cheque da equipe econômica se revele sem fundos, seja rejeitado pelos bancos, e que o crédito (nacional) dos ministros seja cortado definitivamente, bem como as suas cabeças.

Chega-se, portanto, à seguinte situação:

1 — O principal partido de sustentação do governo (o PMDB) só é governo quando o governo vai bem, ainda que a esmagadora maioria dos ministros pertença ao PMDB;

2 — O outro partido governista torce a favor do presidente e contra os seus ministros peemedebistas, como se as falhas de uns não prejudicassem o outro.

Novamente, em circunstâncias normais, qualquer pessoa de bom senso diria que o governo está fraco e é minoritário no Congresso. Engano. O governo, como um todo, pode realmente estar fraco, tanto que, este mês ou, o mais tardar, em abril (salvo imprevistos no "front" econômico), haverá uma mudança ministerial.

Mas o presidente continua majoritário no Congresso, desde que o leitor esqueça totalmente o quadro partidário e a clássica divisão situação-oposição, e raciocine apenas em termos pessoais ou em torno de rótulos absolutamente genéricos como "moderados", "progressistas", "conservadores", "xixias" etc.

Os "moderados" que ficam com o presidente somam aproximadamente trezentos dos 559 constituintes, maioria absoluta, portanto. Nesse bloco cabem os 131 pefelistas, os 37 pedessistas, os dezenove petebistas, os sete do PL, os seis do PDC e mais cerca de cem peemedebistas.

Ainda assim, convém ficar atento para a possibilidade de novas confusões, porque os alinhamentos não são lineares. Exemplo concreto: Guilherme Afif Domingos, o mais votado dos deputados do PL, minutos antes de entrar no plenário para a votação (que não houve) do regimento, disse à Folha que votaria a favor do famoso parágrafo 7º, postura que não combina com a evidente moderação de seu partido e a sua própria.

É, entretanto, nesse bloco de trezentos constituintes "moderados" que o presidente da República apóia o seu desejo de ficar seis anos na Presidência da República:

Ocorre, entretanto, que não é essa a aritmética que vai definir a duração do mandato do presidente. A que vai valer mesmo é outra: é a da economia. Quanto mais subir a inflação e quanto menos crescer o país, tanto menos permanecerá José Sarney no Palácio do Planalto.

E, nesse capítulo, a confusão consegue ser ainda mais formidável do que na política propriamente dita. Basta propor ao leitor outro teste de "cruznhas". Sabendo que, em janeiro, o governo brasileiro fechou um acordo com os governos credores, no âmbito do Clube de Paris, e, em fevereiro, suspendeu o pagamento dos juros devidos apenas aos credores privados (bancos), pergunta-se com que se avistou o ministro Dilson Funaro, na volta ao mundo que está concluindo: a) com os banqueiros privados; b) com os representantes dos governos credores.

O leitor que marcou "c" no início desta reportagem e "b" no fim é, definitivamente, um brasileiro.